



Posicionamento sobre Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR)¹

Position on Sexual and Reproductive Health and Rights

Igreja da Suécia

Resumo: Este documento apresenta o posicionamento sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos da Igreja da Suécia com validade de 2014 a 2017, quando será atualizado. O documento está construído a partir do princípio da afirmação da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos apresentados no posicionamento da Igreja da Suécia sobre Justiça de Gênero. Introduce um conjunto de princípios que tratam da nossa compreensão sobre o corpo e a integridade corporal, relacionamentos íntimos e decisões políticas relacionadas à acessibilidade de educação sexual compreensível e serviços de cuidado da saúde sexual e reprodutiva. O documento é um compromisso da Igreja da Suécia que guia o trabalho do departamento internacional da Igreja da Suécia como um ator internacional, e o trabalho programático do departamento em áreas que abordam saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

Palavras-chave: Saúde Sexual e Reprodutiva. Direitos Sexuais e Reprodutivos. Igreja da Suécia.

Abstract: This document presents the position on sexual and reproductive health and rights of the Church of Sweden with validity during the period 2014-2017, when it will be updated. The document builds on the principle affirmation of sexual and reproductive health and rights presented in the Church of Sweden's position on Gender Justice. Introduces a number of principles dealing with our understanding of the body and bodily integrity, intimate relationships and political decisions relating to the accessibility of comprehensive sexuality education and sexual and reproductive health care services. The document is a commitment of the Church of Sweden that will guide international department's work as an international actor and the department's programmatic work in areas addressing sexual and reproductive health and rights

Keywords: Sexual and Reproductive Health. Sexual and Reproductive Rights. Church of Sweden.

¹ Documento publicado com autorização da Igreja da Suécia conforme Letter of Certification de 02 de outubro de 2015. Tradução de André S. Musskopf. Documento original: *Position on Sexual and Reproductive Health and Rights*. Disponível em: <<https://www.svenskkyrkan.se/default.aspx?id=1095498>>.



Introdução

O objetivo do trabalho internacional da Igreja da Suécia é lutar por um mundo reconciliado² onde cada ser humano possa desfrutar do bem-estar em todos os níveis: fisicamente, mentalmente, espiritualmente e socialmente. Isso inclui ser capaz de decidir sobre a própria vida sem discriminação ou coerção. Nossa compreensão do ser humano está baseada na afirmação bíblica da criação, onde cada ser humano é criado à imagem de Deus e incondicionalmente amado por Deus. Devido à característica de criatura, cada ser humano tem, pelo nascimento, o direito a uma vida plena com dignidade dentro de uma comunidade.

A sexualidade é parte da criação de Deus que Deus considerou boa. É um dom para toda a humanidade, para criar relações e amor mútuo. Pode ser considerada uma pré-condição para a sobrevivência de toda a espécie humana.³ Saúde e bem-estar sexual estão integralmente conectados à qualidade de vida e ao cuidado das relações sociais. Sexualidade e saúde reprodutiva conectam-se com as relações mais íntimas que uma pessoa pode ter em suas relações e vida familiar. Essas relações criam tanto as situações mais seguras quanto as mais vulneráveis para indivíduos. É importante que os direitos relacionados à saúde sexual e reprodutiva, sejam respeitados para que cada ser humano tenha a possibilidade de manter a saúde nas áreas da sexualidade e vida reprodutiva. Saúde sexual e reprodutiva é fundamental para a experiência humana e para relações sociais saudáveis. Cada pessoa deve ter a oportunidade de exercer esses direitos livre de coerção e violência⁴.

A Igreja da Suécia está comprometida a trabalhar com outras igrejas e organizações, buscando a realização dos direitos relacionados à sexualidade e saúde reprodutiva. Esse compromisso está expresso no *Posicionamento sobre Justiça de Gênero e Igualdade de Gênero no trabalho internacional da Igreja da Suécia*⁵, adotado pela Comissão para Missão e Diaconia Internacional em 24 de abril de 2012. Saúde sexual e reprodutiva e os direitos relacionados são abordados no posicionamento nº4:

A Igreja da Suécia opera em acordo com o princípio da saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR)⁶. SDSR incorpora o direito de um indivíduo de tomar decisões

² No original "healed world" (N.T.).

³ The Church of Sweden et al., *Vad gör vi nu? Bemötande och förebyggande av sexuella övergrepp*, 2011, 16.

⁴ <http://www.fordfoundation.org/issues/sexuality-and-reproductive-health-and-rights>

⁵ The Church of Sweden International Department, *Position on Gender Justice and Gender Equality in the Church of Sweden's International Work*.

⁶ The Fourth World Conference on Women, *Beijing Declaration and Platform for Action* (Beijing, 1995), parag. 96. Os direitos humanos de mulheres incluem seu direito a ter controle sobre e decidir livremente e responsabilmente em questões relacionadas à sua sexualidade, incluindo saúde sexual e reprodutiva, livre de coerção, discriminação e violência.



com relação ao seu próprio corpo, sexualidade, coabitação, saúde materna e escolhas reprodutivas. Teologicamente e eclesiológicamente⁷, a dignidade de cada indivíduo e nossa responsabilidade de ser uma igreja inclusiva, são os princípios orientadores da visão da Igreja da Suécia sobre SDR. Justiça de gênero e igualdade de gênero também têm implicações em termos da visão da Igreja da Suécia sobre casamento⁸ e a afirmação da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero. Também é importante em relação a nossa atitude com respeito ao HIV.

O documento de posicionamento sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos está construído a partir do princípio da afirmação da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos apresentados no posicionamento da Igreja da Suécia sobre Justiça de Gênero. Ele introduzirá um conjunto de princípios que tratam da nossa compreensão sobre o corpo e a integridade corporal, relacionamentos íntimos e decisões políticas relacionadas à acessibilidade de educação sexual⁹ compreensível e serviços de cuidado da saúde sexual e reprodutiva. O documento de posicionamento guiará o trabalho do departamento internacional da Igreja da Suécia como um ator internacional, e o trabalho programático do departamento em áreas que abordam saúde e direitos sexuais e reprodutivos¹⁰.

Por que um documento de posicionamento da Igreja da Suécia sobre Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos?

As religiões se engajam com a grande variedade de questões cotidianas das vidas de indivíduos e comunidades. Em vários contextos históricos e culturais, lideranças religiosas e

⁷ Eclesiologia, “o estudo teológico da igreja”, centra [sic] no que significa ser igreja, e visões relacionadas, em outras palavras interpretação ou práticas relacionadas aos propósitos e atividades da igreja. Ser uma igreja inclusiva significa conscientemente tomar uma posição no sentido de que cada indivíduo é religiosamente competente e bem-vindo a participar na e contribuir para a interpretação e para o propósito de ser uma igreja.

⁸ De acordo com uma decisão do Sínodo Geral em 22 de outubro de 2009, a Igreja da Suécia apoia e abençoa relacionamentos de fidelidade entre duas pessoas adultas, independente de seu gênero, o que significa dizer que tanto casais heterossexuais quanto homossexuais têm direito a casar-se na igreja desde 1º de novembro de 2009, inclusive.

⁹ Educação sexual compreensiva se refere a uma abordagem holística do desenvolvimento e sexualidade humana com o objetivo de tornar-se equipada com conhecimento, habilidades e valores para tomar decisões responsáveis sobre relações sexuais e sociais. Veja: *Young People Today. Ready for Tomorrow?*, 2013, 20.

¹⁰ O posicionamento está estreitamente ligado ao *Posicionamento sobre Justiça de Gênero e Igualdade de Gênero no trabalho internacional da Igreja da Suécia*, 2012, e o posicionamento conjunto *Direitos Humanos, Prevenção a HIV/AIDS e Igualdade de Gênero*, 2008. Também se relaciona com a *Carta Pastoral dos Bispos da Igreja da Suécia sobre HIV numa perspectiva global*, 2007. Nesse documento, as bispas suecas e os bispos suecos instam as agências e espaços de tomada de decisão política suecos a aumentar a ajuda internacional a projetos voltados para proteger e fortalecer a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos de todas as pessoas.



comunidades religiosas têm exercido vários níveis de orientação moral ou até mesmo controle sobre as vidas de indivíduos e comunidades. As formas pelas quais textos religiosos são interpretados e ideais e normas religiosas são formadas, têm um efeito sobre como a sexualidade é compreendida. Pois atores religiosos e atrizes religiosas têm autoridade social, eles e elas estão numa posição de legitimar e promover visões morais e sociais, e estabelecer padrões em torno de questões de sexualidade e reprodução, e as questões de corpo e gênero relacionadas a elas. Compreensões religiosas e culturais afetam significativamente a capacidade de indivíduos de viver uma vida plena e gratificante. Algumas das visões promovidas têm tornado mais difícil para grupos específicos de pessoas, tais como mulheres, crianças e adolescentes, lésbicas, gays, bissexuais, e pessoas transgênero¹¹ e intersexo, viver em igualdade e exercer seu direito de controlar seus corpos e suas vidas reprodutivas. Muitas vezes, atores religiosos e atrizes religiosas, têm ajudado a preservar ou até mesmo facilitado o aumento da **vulnerabilidade**, problemas de saúde e risco de vida para grupos específicos¹².

A situação na qual falta aos indivíduos saúde sexual e reprodutiva e seus direitos de acessar educação sexual compreensível e serviços de saúde e seu direito a viver uma vida plena e gratificante, não são cumpridos, não são aceitáveis. Saúde sexual e reprodutiva e os direitos associados são mais do que uma questão de saúde. Relacionam-se fortemente com justiça econômica e social. Nós acreditamos que, como igreja nós temos uma responsabilidade especial e a possibilidade única de trabalhar nas questões relativas a saúde sexual e reprodutiva e direitos relacionados, tanto através de cooperação programática e advocacy como promovendo uma análise teológica empoderadora da vida para ajudar a melhorar as condições a fim de que as pessoas tenham a capacidade de viver uma vida plena em dignidade, justiça e igualdade.

Análise teológica sobre ser humano

A Igreja da Suécia não é um corpo homogêneo com opiniões uniformes sobre o que significa ser um ser humano, especificamente em relação à sexualidade e reprodução e direitos relacionados. Este posicionamento esboça o marco teológico geral de nosso trabalho que enfatiza

¹¹ O termo “transgênero” é usado nesse documento de posicionamento como um termo guarda-chuva para pessoas cujas identidades de gênero e/ou expressões de gênero se diferenciam do sexo com o qual foram identificadas no nascimento.

¹² Gunilla Hallonsten, “Religious Doctrines and the Female Body,” in *Faith in Civil Society. Religious Actors as Drivers of Change*, ed. Heidi Moksnes and Mia Melin (Uppsala: Uppsala University, 2013), 97–98.



uma interpretação teológica contextual e empoderadora de vida, a dignidade inerente de cada pessoa e o compromisso com o diálogo¹³.

O trabalho do departamento internacional da Igreja da Suécia é informado por uma **teologia contextual**, a qual considera tanto a tradição eclesial e teológica quanto a realidade vivida de o que significa ser uma igreja no mundo de hoje. Para sermos fiéis à nossa fé, nós temos que ousar deixar as experiências de vida vivida afetar nossa teologia e interpretação da Bíblia. Ao mesmo tempo, nós devemos permitir que o testemunho das narrativas bíblicas desafie nossas sociedades e estruturas ideológicas. Nós nos desafiamos a deixar nossa análise das situações concretas e relações de poder existentes, se inter-relacionarem com nossa reflexão teológica, para que, em situações nas quais a vida está ameaçada e pessoas são oprimidas, nós possamos assumir uma posição de empoderamento e afirmação da vida e da esperança para o futuro.

No âmago da fé cristã, está um **Deus que se tornou um ser humano**, um Deus que entrou no mundo como o Filho de Deus, como uma criança recém-nascida nos braços de uma jovem mulher, desalojada sem um abrigo adequado, excluída e vulnerável. Deus tornou-se integralmente humano, carne e osso. A realidade da encarnação, Deus se torna ser humano, demanda um reconhecimento positivo da realidade corporal contra a tendência de focar em ideais espirituais e negar o corpo. Nossa compreensão de ser humano deve incluir a realidade corporal da humanidade, da mesma forma que nossa compreensão de Deus inclui a realidade corporal de Deus. O Cristianismo muitas vezes cultivou ideais religiosos que negaram realidades corporais ou as sujeitou sob o controle da mente racional. Igrejas têm pregado a ressurreição do corpo como meio de negar o corpo. Muitas vezes as igrejas têm sido incapazes de falar sinceramente sobre os fenômenos corporais, tais como a sexualidade humana, reprodução ou relações de poder, sem separá-las de realidades contextuais. Nossa ênfase na vida encarnada é significativa com relação ao nosso tópico de várias maneiras. Reivindica envolvimento sério com sexualidade e reprodução e sua inclusão na nossa compreensão sobre o que significa ser humano – a integralidade que Deus escolheu tornar-se. Também nos lembra de que corpo não se refere apenas à sexualidade, mas também de vulnerabilidades advindas de problemas de saúde, fome, pobreza, nossa fragilidade em relação a outros e outras que nos afetam como seres humanos¹⁴.

A compreensão cristã do ser humano é baseada na crença de que cada indivíduo é criado à **imagem de Deus**. Isso pode ser interpretado de várias maneiras. Nossa interpretação enfatiza dois elementos, a dignidade inerente e o caráter relacional de seres humanos. Nós reconhecemos que exatamente como há um desejo essencial entre as pessoas do Deus Trino de ir em direção à

¹³ The Church of Sweden International Department, *Our Theology: A Life-Empowering Faith as Our Driving Force* (Uppsala, 2013).

¹⁴ Veja, por exemplo, The Church of Sweden, *A Pastoral Letter from the Bishops of the Church of Sweden About HIV from a Global Perspective*, 23–25.



outra, da mesma forma existe uma paixão pelo outro e pela outra dentro de cada ser humano. Ao tratar da saúde sexual e reprodutiva e dos direitos associados, as igrejas devem afirmar e apoiar uma compreensão positiva da relacionalidade e da sexualidade como fundamentais ao nosso ser. Nós permanecemos pessoas incompletas quando não se permite que esse aspecto da criação seja realizado¹⁵.

Saúde sexual e reprodutiva são qualidades de indivíduos, mas a promoção da saúde sexual e reprodutiva e dos direitos associados, deve acontecer em contextos sociais mais amplos, isto é, em relacionamentos, famílias, sociedades e políticas governamentais. Ao tratar de estruturas sociais, nós nos orientamos pelas narrativas bíblicas do **envolvimento de Jesus com indivíduos e com a sociedade de Seu tempo**. Em cada passo de vida, Jesus encontrou pessoas cara a cara, com respeito e compaixão, restaurando aquelas que estavam enfermas e afetadas veementemente desafiando aquelas estruturas sociais e religiosas que criavam desigualdades, empurravam as pessoas para as margens da sociedade e aumentavam sua vulnerabilidade. Nossa compreensão é que Deus em Cristo, compartilha das alegrias e tristezas das pessoas, escolhe o caminho da solidariedade, opõe-se a tudo que seja destrutivo e abre o caminho para uma esperança viva. O ponto de partida do nosso trabalho é uma teologia empoderadora de vida¹⁶.

Isso nos convoca a trabalhar para a plena realização dos direitos relacionados à saúde sexual e reprodutiva para todas as pessoas.

Saúde sexual e reprodutiva¹⁷

Esse documento de política, aborda uma ampla gama de questões relacionadas à sexualidade e ao sistema reprodutivo e suas funções e processos incluindo a capacidade de indivíduos terem uma vida sexual gratificante e segura, e a capacidade de indivíduos e casais de fazerem escolhas informadas e não coagidas sobre se, e quantos filhos ou filhas ter. Sexualidade e o direito à saúde sexual e reprodutiva são fundamentais para a experiência humana e para

¹⁵ Patricia Sheerattan-Bisnauth e Philip Vinod Peacock, eds., "Created in God's Image. From Hegemony to Partnership. A Church Manual on Men as Partners: Promoting Positive Masculinities" (Geneva: WCC, 2010), 79; Bispemote i Den norske kirke, Sammen (Oslo, 2013), 16; The Church of Sweden, *A Pastoral Letter from the Bishops of the Church of Sweden About HIV from a Global Perspective*, 24–28.

¹⁶ The Church of Sweden International Department, *Our Theology: A Life-Empowering Faith as Our Driving Force*.

¹⁷ Discussão sobre e problematização de conceitos de saúde sexual e reprodutiva em acordos internacionais veja: ENRECA HEALTH, *Sexual and Reproductive Health and Rights: Agreements and Disagreements*, 2011, 3–6.



relações sociais saudáveis. Por “saúde”, nos referimos ao completo bem-estar físico, mental e social de uma pessoa não meramente a ausência de doença ou enfermidade¹⁸.

Saúde sexual pode ser descrita tanto como o desenvolvimento e existência de um estado saudável de um indivíduo, isto é, como uma abordagem positiva e respeitosa à sexualidade e relações sexuais e à possibilidade de ter experiências sexuais prazerosas e seguras, livres de coerção, discriminação e violência como através de referências à variedade de meios que indivíduos e casais precisam ter a sua disposição para manter a saúde sexual. Isso inclui acesso à informação, educação sexual compreensível e serviços de cuidado da saúde apropriados, incluindo opções contraceptivas e segurança, saúde materna e neonatal, redução de infecções sexualmente transmitidas e outras do aparelho reprodutivo e HIV, eliminando aborto inseguro¹⁹ e promovendo a saúde sexual. Saúde sexual, também envolve questões que vão além da idade reprodutiva, tais como prevenção de câncer cervical, e enfatiza a necessidade de uma abordagem de ciclo de vida para a saúde. Saúde sexual é mais do que aconselhamento e cuidado de saúde relacionado à reprodução e doenças sexualmente transmissíveis. Boa saúde sexual melhora a vida e relações sociais saudáveis²⁰.

Saúde reprodutiva está essencialmente conectada, embora em nossa compreensão não seja idêntica ao conceito de saúde sexual. Saúde reprodutiva é compreendida como

¹⁸ United Nations, “Programme of Action of the International Conference on Population and Development,” in *Report of the International Conference on Population and Development*. (Cairo, 1994), para. 7.2. As noções de “saúde” e “saudável” são fluidas de várias maneiras. O que é considerado “saudável” varia em diferentes culturas e contextos e “saúde” pode ser descrita diferentemente mesmo quando ligada à mesma pessoa em diferentes pontos de sua vida. O mesmo se aplica a “sexualidade”. WHO, *Defining Sexual Health. Report of a Technical Consultation on Sexual Health*, 2002, 4–5; International Community of Women Living with HIV/AIDS, “Sexual and Reproductive Health and Rights Briefing 1” no. 2005 (2008); IPPF, *Sexual Rights: An IPPF Declaration*, 2008; SIDA, *Sexual Rights for All*, 2010, 2.

¹⁹ O Sínodo da Igreja da Suécia discutiu questões relacionadas a aborto em diversas ocasiões, mais recentemente no outono de 2013. O Sínodo tem repetidamente decidido, dada a complexidade do assunto, não formular uma opinião de princípio único sobre abortos mas tem ao invés disso enfatizado a tarefa pastoral da igreja com relação à decisão de submeter-se a um aborto. Os posicionamentos de 2009 e 2013 enfatizam que não há um, único, ponto de vista cristão sobre aborto. Esse posicionamento indica que ainda que a Igreja da Suécia reconheça o valor inalienável de cada indivíduo pode existir uma variedade de opiniões sobre o dilema ético que o aborto coloca. O dilema deve ser assumido com seriedade e a igreja deve oferecer assistência pastoral àquelas pessoas que passaram ou foram afetados por um aborto. Veja: Kyrkomötet (The Church of Sweden Synod), *Solidaritet med det ofödda barnets rätt till liv som en egen skyddsvärd individ*, 2013:15; Kyrkomötet (The Church of Sweden Synod), *Aborter*, 2009:10; Kyrkomötet (The Church of Sweden Synod), *Sexualitet och mänskliga rättigheter*, 2007:13; Kyrkomötet (The Church of Sweden Synod), *Kyrkomötesuttalande i abortfrågan*, 2003:3; Kyrkomötet (The Church of Sweden Synod), *Kyrkan och pornografin*, 2002:3. A Igreja da Suécia afirma a atual legislação sueca com relação a abortos. O direito legal protegido de mulheres de escolher submeter-se a um aborto é considerado uma forma de proteger mulheres de sérios riscos à saúde que abortos ilegais representam. Svenska kyrkan, *När livet inte blir som vi har tänkt oss*, 2005, 11.

²⁰ World Health Organisation, “Defining Sexual Health” (http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en/index.html), Stan Bernstein and Charlotte Juul Hansen, *Public Choices, Private Decisions: Sexual and Reproductive Health and the Millennium Development Goals*, 2006, 24, 26.

um estado de bem-estar físico, mental e social em todas as questões relacionadas ao sistema reprodutivo, em todos os estágios da vida. Boa saúde reprodutiva, implica que as pessoas sejam capazes de ter uma vida sexual gratificante e segura, a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir se, quando e com que frequência fazê-lo. Homens e mulheres devem ser informados e informadas, e ter acesso a métodos de planejamento familiar seguro, efetivo, financeiramente acessível e aceitável de sua escolha, e o direito a serviços de saúde apropriados que permitam que mulheres tenham segurança durante a gravidez e o parto.²¹

Saúde sexual e reprodutiva se conecta com algumas das questões mais sensíveis nas vidas de indivíduos, casais e comunidades. O fato de que a sexualidade também está conectada com práticas que ameaçam a vida e o alastramento de doenças potencialmente mortais, acrescenta uma dimensão à responsabilidade que carregamos sobre como nós lidamos com nossa sexualidade e relações sexuais. Fundamental para isso são valores como amor, reciprocidade, confiança e igualdade²².

Poder e vulnerabilidade

Sexualidade, gênero, identidade e expressão de gênero estão sempre ligadas a questões de poder. Por isso, uma abordagem holística à saúde sexual e reprodutiva, deve observar os efeitos do poder sobre a **vulnerabilidade** da pessoa²³. Há uma variedade de fatores que aumentam a vulnerabilidade do indivíduo para uma saúde sexual e reprodutiva precária. Isso inclui: fatores sociais, tais como gênero e desequilíbrio de poder, status econômico (isto é, pobreza), posturas em relação à sexualidade negando a necessidade de prazer e focando exclusivamente na reprodução e exclusão social com base em, por exemplo, orientação sexual; fatores relacionados à baixa qualidade e cobertura da educação sexual e serviços; e fatores pessoais, tais como conhecimento do indivíduo, postura e capacidade para usar o conhecimento (incluindo, por exemplo, trauma

²¹ *Report of the International Conference on Population and Development from the United Nations' Conference on Population and Development*, in Cairo 1994. Esse relatório inclui saúde sexual no conceito de saúde reprodutiva. United Nations, "Programme of Action of the International Conference on Population and Development," para. 7.2. A conferência adotou um *Programa de Ação* de 20 anos, com foco nas necessidades e direitos individuais. Igualdade de gênero, eliminação da violência contra mulheres e garantia da capacidade das mulheres de controlar sua própria fertilidade foram reconhecidas como pilares das políticas de população e desenvolvimento.

²² The Church of Sweden, *A Pastoral Letter from the Bishops of the Church of Sweden About HIV from a Global Perspective*, 26.

²³ The Church of Sweden, *A Pastoral Letter from the Bishops of the Church of Sweden About HIV from a Global Perspective*, 23.

psicológico)²⁴. Qualquer tipo de crise humanitária potencializa as vulnerabilidades existentes e requer uma resposta baseada na comunidade que inclua proteger os direitos relacionados à saúde sexual e reprodutiva.

Um dos principais fatores que aumenta a vulnerabilidade é **gênero**. “Gênero” refere-se a papéis socialmente construídos, restrições e atributos e oportunidades, associadas com sexo biológico num dado contexto²⁵. Lida tanto com a compreensão de “feminilidades” quanto “masculinidades”. Uma variada gama de tradições e práticas ligadas a práticas sexuais e reprodução, têm desempoderado especialmente mulheres. Essas tradições e práticas incluem falta de acesso a cuidado em saúde sexual e reprodutiva, falta de acesso a abortos seguros, a prática de abortos seletivos baseada no sexo, mutilação/corte genital feminina (C/MGF), esterilização forçada e casamento precoce forçado. Outro elemento que aumenta a vulnerabilidade é a **idade**. Crianças e adolescentes são mais vulneráveis a serem sujeitadas a práticas lesivas e problemas de saúde. Qualquer forma de marginalização ou discriminação com base em sexo, idade, etnicidade, raça, sexualidade, orientação sexual, status econômico e cultural, afiliação religiosa ou política, também aumentam a vulnerabilidade²⁶.

A forma como comunidades cristãs e de outras religiões interpretam suas convicções religiosas e as praticam em espaços comunitários é um fator significativo que afeta vulnerabilidades. Atores religiosos e atrizes religiosas exercem poder sobre indivíduos através da vigilância, orientação, distribuição de informação e influenciando a compreensão da comunidade sobre o que é comportamento aceitável e o que não é. Razões religiosas e culturais também podem levar à inabilidade para discutir e reconhecer, e por isso tratar de questões relacionadas com sexualidade e reprodução. Atores religiosos e atrizes religiosas estão numa posição de serem agentes efetivos e efetivas de mudança ao tratar das vulnerabilidades em seu contexto²⁷.

Saúde sexual e reprodutiva não está limitada ao bem-estar individual. Tem um impacto tanto no âmbito ideológico/teológico e político como no pessoal e subjetivo. Direitos sexuais incluem elementos de expressão, associativos e participatórios, e estão profundamente conectados com a

²⁴ WHO, *Defining Sexual Health. Report of a Technical Consultation on Sexual Health*, 11.

²⁵ The Church of Sweden International Department, *Position on Gender Justice and Gender Equality in the Church of Sweden's International Work*, 6.

²⁶ ENRECA HEALTH, *Sexual and Reproductive Health and Rights: Agreements and Disagreements*, 28; UNAIDS, *Expanding the Global Response to HIV/AIDS through Focused Action: Reducing Risk and Vulnerability*, 1998, p. 6–8; WHO, *Defining Sexual Health. Report of a Technical Consultation on Sexual Health*, p. 10–12.

²⁷ A necessidade de criar um ambiente propício no qual cada pessoa possa desfrutar de todos os direitos sexuais é central para alcançar a realização dos direitos sexuais e reprodutivos. Veja *Sexual Rights: An IPPF Declaration* princípio 1. Um recente relatório da UNESCO identifica religiões como tendo grande influência também em currículos escolares e comportamentos individuais. Por isso “todos os esforços para tratar a sexualidade e serviços de SSR [...] precisarão ver lideranças religiosas como uma parte integral da solução se pretendem ter sucesso”. *Young People Today. Ready for Tomorrow?*, p. 96–97.



integridade corporal e soberania sobre si mesma e sobre si mesmo²⁸. Tratar da ampla gama de questões associadas com saúde e direitos sexuais e reprodutivos é central no trabalho para um desenvolvimento justo, inclusivo e sustentável. Habilitar todas as pessoas para que tenham poder para decidir sobre suas vidas sexuais e reprodutivas, isto é, a realização dos direitos sexuais e reprodutivos para todas as pessoas é provavelmente um dos mais importantes esforços para atingir um desenvolvimento sustentável e equitativo²⁹.

Direitos de Saúde Sexual e Reprodutiva

A precondição para a possibilidade igualitária para que cada ser humano atinja o grau máximo possível de saúde sexual e reprodutiva é que os direitos legais e morais associados com saúde sexual e reprodutiva sejam definidos, protegidos e realizados. Indivíduos experimentam suas sexualidades de maneiras que variam de acordo com fatores internos e externos, mas a promoção e proteção dos direitos humanos relacionados à sexualidade deveriam ser uma realidade constante³⁰.

A **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)** e tratados internacionais de direitos humanos relacionados, estabelecem uma obrigação para os Estados de não discriminar contra nenhum indivíduo, nem proibir e desencorajar, tanto formas privadas quanto públicas de discriminação, assumindo a responsabilidade legal pelo cumprimento dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras declarações mais específicas de direitos são os princípios e os marcos mais compreensivos e mais amplamente apoiados que guiam o desenvolvimento e a cooperação internacional. Elas formam um marco legal que vincula certas agências, tais como governos, e permite que indivíduos e comunidades reivindiquem seus direitos. Os direitos e proteções garantidas a crianças e adolescentes menores de 18 anos, diferem daqueles dos adultos e adultas. Eles também precisam considerar as capacidades em desenvolvimento de uma criança ou jovem para exercer seus direitos por si mesmo e sobre si mesma³¹.

²⁸ IPPF, *Sexual Rights: An IPPF Declaration*, princípio 1.

²⁹ Por exemplo, Margaret Greene, Joshi Shareen, and Omar Robles, *By Choice, Not by Change. Family Planning, Human Rights and Development*, 2012, prefácio.

³⁰ IPPF, *Sexual Rights: An IPPF Declaration*, princípio 1.

³¹ Os direitos da criança e a proteção desses direitos forma uma parte das obrigações legais vinculantes dos direitos humanos. Eles são reconhecidos para crianças, incluindo adolescentes até a idade de 18 anos. Eles incluem o mesmo conjunto de direitos humanos do que os para adultos/as. Os Estados têm uma obrigação de implementar o direito da criança de ser ouvida de acordo com as capacidades em desenvolvimento de um indivíduo criança. Committee on the Rights of the Child, *Convention on the Rights of the Child. General Comment No. 12*, 2009, 66 68; IPPF, *Sexual Rights: An IPPF Declaration*, princípios 2 e 5.



Além dos direitos legais, também podemos falar de **direitos como normas morais**. Ainda que os Estados sejam detentores de obrigações legais por força de acordos internacionais, também podemos falar de detentores e detentoras de obrigações morais, isto é, outros indivíduos ou atores corporativos e atrizes corporativas que têm a obrigação moral de trabalhar para o cumprimento desses direitos. Esses podem ser, por exemplo, comunidades religiosas ou outros atores e atrizes da sociedade civil.

As **igrejas** têm uma história ambígua com direitos humanos, apesar do fato de que direitos humanos geralmente estejam em consonância com as perspectivas que emergem da Bíblia e prioridades relacionadas à dignidade humana. As religiões desempenham uma parte importante na interpretação e aceitação do marco dos direitos humanos, especialmente quando diz respeito a questões morais que subjazem o marco legal dos direitos humanos. A Igreja da Suécia está comprometida com uma compreensão da dignidade e preciosidade inerente de cada ser humano manifestada em narrativas bíblicas. Por isso, a Igreja da Suécia escolhe trabalhar com outros atores e atrizes em busca do cumprimento dos direitos humanos para todas as pessoas. Reconhecemos que o princípio da não discriminação subjaz toda a proteção e promoção dos direitos humanos e para que indivíduos diversos desfrutem dos direitos e liberdades fundamentais em bases iguais, pode haver a necessidade de se concentrar em grupos específicos que têm sido marginalizados ou negligenciados³². Também reconhecemos que, como ator religioso e atriz religiosa, temos um chamado específico para falar pela justiça e trabalhar por relações justas entre todos os seres humanos e dentro de toda a criação.

Até o presente, não há acordo internacional sobre **direitos de saúde sexual**. Isso significa que não há um acordo claro sobre o quê se constitui como direitos de saúde sexual nem há uma forma de monitorar o seu cumprimento³³. Uma descrição provisória pode ser formulada com base em outros direitos relacionados à integridade do corpo, ausência de violência e coerção e não discriminação baseada em gênero ou identidade de gênero. Uma descrição provisória baseia-se

³² Esse princípio proíbe qualquer tipo de distinção, exclusão ou restrição com base em “sexo, idade, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, estado civil, história ou comportamento sexual, real ou imputado, raça, cor, etnia, língua, opinião religiosa, política ou outra, origem nacional ou social, propriedade, nascimento, deficiência física ou mental, status de saúde, incluindo HIV/AIDS, e status civil, político, social ou outro que tenha o objetivo ou efeito de impedir ou nulificar o reconhecimento, gozo ou exercício em bases iguais com outros/as, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais no campo político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro”. IPPF, *Sexual Rights: An IPPF Declaration*, princípio 3.

³³ As conferências internacionais, tais como a *IV Conferência sobre Mulheres em Beijing (1995)* e *Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento (1994)* não são vinculantes e por isso não são ratificadas em legislações nacionais na mesma forma em que os direitos humanos são. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e diversos tratados de direitos humanos adotam direitos sexuais embora não estejam explicitamente mencionados. SIDA, *Sexual Rights for All*, 1. A implicação disso é, por exemplo, que como os tratados de direitos humanos não são explícitos sobre homossexualidade é difícil argumentar que os tratados de direitos humanos universais aceitem o direito à orientação sexual. ENRECA HEALTH, *Sexual and Reproductive Health and Rights: Agreements and Disagreements*, 30–31.



em uma coleção de direitos legais já existentes relacionados a e descrevendo o “direito de todas as pessoas, livre de coerção, discriminação e violência, a: o mais alto padrão atingível de saúde sexual, incluindo o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva; buscar, receber e transmitir informações relacionadas à sexualidade; educação sexual compreensível; respeito pela integridade corporal; escolha de seu parceiro ou parceira sexual; decidir ser uma pessoa sexualmente ativa ou não; relações sexuais consensuais; casamento consensual; decidir se ou não, e quando, ter filhos ou filhas; e buscar uma vida sexual gratificante, segura e prazerosa”³⁴.

Direitos de saúde reprodutiva possibilitam que indivíduos alcancem o nível mais alto possível de saúde reprodutiva. Isso significa ter acesso a métodos de planejamento familiar e regulação da fertilidade seguros, efetivos, com preços acessíveis e aceitáveis, acesso a serviços de saúde apropriados para gravidez e parto seguro para mulheres e para a melhor possibilidade para casais terem uma criança saudável. Acesso a serviços de saúde inclui não somente a provisão de serviços de cuidado em saúde, mas também o direito de obter informações e educação relevantes para fazer escolhas informadas. Serviços de cuidado em saúde reprodutiva incluem também serviços de cuidado em saúde sexual que estão mais amplamente direcionados à melhoria da vida e das relações pessoais³⁵. Isso inclui a capacidade de manter padrões bons de higiene pessoal, por exemplo, tendo acesso à proteção sanitária durante a menstruação.

Direitos de saúde sexual se conectam com direitos de saúde reprodutiva, mas são obstantes e distintos. Sexualidade é um fator integral de quase todas as decisões reprodutivas. Sexualidade é, no entanto, fundamentalmente um aspecto da experiência humana independente da reprodução. Desde a perspectiva dos direitos, o direito a experienciar e desfrutar da sexualidade, independente da reprodução e reprodução, independente da sexualidade, deve ser salvaguardado³⁶. Da mesma forma, direitos de saúde sexual se relacionam, mas não estão subsumidos nos direitos de gays e lésbicas³⁷. Ao mesmo tempo, deve ser observado que em muitos contextos lésbicos, gays, bissexuais, pessoas transgênero e intersexo, encontram discriminação baseada em orientação e/ou identidade sexual e a realização de seus direitos, precisa de atenção especial.

³⁴ Tal descrição com explicação dos princípios apoiadores pode ser encontrada em IPPF, *Sexual Rights: An IPPF Declaration*. Veja também World Health Organisation, *Defining Sexual Health. Report of a Technical Consultation of Sexual Health* (Geneva, 2002), 5. A Declaração e Plataforma para Ação da Conferência das Nações Unidas para Mulheres em Beijing afirmam que os direitos das Mulheres incluem o direito de ter controle sobre sua própria sexualidade e o direito de estar livre de todas as formas de coerção e violência, incluindo violência sexual. A política do Ministério Sueco de Relações Internacionais de 2006 tem uma descrição ligeiramente mais restrita focando na não discriminação, direito ao próprio corpo e sexualidade. *Sexuell och reproduktiv hälsa och rättigheter*, 2006, 8.

³⁵ United Nations, “Programme of Action of the International Conference on Population and Development.”

³⁶ IPPF, *Sexual Rights: An IPPF Declaration*; SIDA, *Sexual Rights for All*, 4.

³⁷ Mindy Jane Roseman and Alice M Miller, “Normalizing Sex and Its Discontent: Establishing Sexual Rights in International Law,” *Harvard Journal of Law and Gender* 457 (2002): 321.



A realização e não realização de direitos de saúde sexual e reprodutiva devem considerar as circunstâncias que colocam indivíduos ou grupos numa situação vulnerável. Os grupos na sociedade que são mais vulneráveis a sofrer quanto a não realização de direitos de saúde sexual e reprodutiva dependem grandemente dos contextos particulares. Em geral pode ser dito que mulheres, meninas, meninos, grupos minoritários, pessoas com deficiência e populações dificilmente alcançáveis, tais como aquelas expulsas de seus lugares por crises humanitárias e aquelas alvejadas por códigos legais, são as mais suscetíveis de serem as mais vulneráveis³⁸. Tratar da não realização dos direitos para as pessoas mais vulneráveis, requer informação adequada sobre contextos, locais e aprendizado mútuo para mudanças com aquelas pessoas menos vulneráveis.

A Igreja da Suécia quer focar na dignidade, valor e igualdade dada por Deus inerente a cada pessoa, e apoiar a capacidade de cada uma e cada um de tomar decisões com relação a suas próprias vidas, incluindo suas vidas sexuais e reprodutivas. O direito à autodeterminação, privacidade, intimidade, liberdade e autonomia individual é essencial, e demanda à não interferência do Estado através de práticas não discriminatórias, não coercitivas e não violentas. O exercício efetivo dos direitos de saúde sexual e reprodutiva demandam marcos legais e políticas públicas que assegurem saúde sexual e reprodutiva. Direitos de saúde sexual podem estar sujeitos a limitações que são definidas pela lei, com o objetivo de assegurar a realização dos direitos e liberdades de outras pessoas e o bem-estar geral da sociedade. Essas limitações devem ser não discriminatórias e proporcionar a realização de seu objetivo³⁹.

A Igreja da Suécia está comprometida com um diálogo contínuo com organizações parceiras e igrejas irmãs para buscar uma mudança nas normas e atitudes sociais sobre sexualidade, gênero, papéis de gênero (incluindo masculinidades), escolhas reprodutivas, HIV e outras infecções sexualmente transmitidas e orientação sexual para aprendizado mútuo e uma melhor realização dos direitos de saúde sexual e reprodutiva. Reconhecemos que questões relacionadas à sexualidade e reprodução são complexas e tocam o cerne de sistemas de valores pessoais e sociais. Estamos comprometidos e comprometidas com o diálogo e aprendizado mútuo, a fim de construir consenso político, social e cultural pela defesa e garantia de direitos sexuais e reprodutivos para todas as pessoas. Assumindo posições, queremos mostrar quem nós somos para que um encontro autêntico possa acontecer e para criar o escopo para um diálogo aberto e honesto.

³⁸ Veja ENRECA HEALTH, *Sexual and Reproductive Health and Rights: Agreements and Disagreements*, 45 para descrição das preocupações prioritárias da UNFPA. Para exemplos do impacto negativo da ausência de direitos sexuais para o desenvolvimento veja SIDA, *Sexual Rights for All*, 6.

³⁹ IPPF, *Sexual Rights: An IPPF Declaration*, princípio 7.



O posicionamento da Igreja da Suécia sobre Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva

A Igreja da Suécia tem uma duradoura história no trabalho com questões relacionadas à saúde. Nossas várias parcerias internacionais com igrejas, organizações baseadas na fé e seculares e alianças ecumênicas globais nos têm ensinado a importância crítica de nosso contínuo engajamento com questões de saúde sexual e reprodutiva e seus direitos relacionados. Saúde sexual e reprodutiva e direitos relacionados, não tratam questões de saúde somente, mas também estão conectados a questões mais amplas de pobreza, compreensões de gênero e poder culturalmente definidas, práticas danosas e discriminatórias e a realização da integralidade da vida. A não realização dos direitos que protegem a saúde sexual e reprodutiva é uma ameaça global séria ao desenvolvimento e bem-estar de indivíduos e comunidades.

O posicionamento geral da Igreja da Suécia é:

Direitos à saúde sexual e reprodutiva são fundamentais para a experiência humana e para as relações sociais. Direito à saúde sexual e reprodutiva é um direito humano⁴⁰. Saúde sexual e reprodutiva *incorpora o direito de um indivíduo de tomar decisões relacionadas a seu próprio corpo, sexualidade, coabitação, saúde materna e escolhas reprodutivas*⁴¹. Ainda que os Estados sejam os detentores primários das obrigações de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos, outros atores e atrizes sociais civis também podem ser responsabilizados e responsabilizadas por suas ações e omissões que afetam o gozo dos direitos de saúde sexual e reprodutiva⁴². Atores religiosos e atrizes religiosas têm uma obrigação moral de contribuir para a realização positiva em saúde sexual e reprodutiva e no cumprimento dos respectivos direitos.

Esse posicionamento geral é apoiado pelos seguintes posicionamentos estratégicos:

A Igreja da Suécia promove acesso universal à educação sexual compreensível. Isso inclui educação e aconselhamento sobre sexualidade, infecções sexualmente transmitidas incluindo HIV, controle de natalidade, e abortos seguros. Educação sexual compreensível adequada e acesso à informação é imperativo para empoderar indivíduos e casais e especialmente a juventude a tomar decisões livres e informadas com relação a escolhas reprodutivas e em todos os aspectos de sua sexualidade, incluindo a escolha de parceiro ou parceira, escolha voluntária de casamento, relações sexuais consensuais, a decisão de ter ou não e quando ter filhos e filhas. Acesso à educação sexual compreensível também deve ser assegurada durante intervenções humanitárias.

⁴⁰ Os direitos humanos relacionados a sexualidade estão enumerados em IPPF, *Sexual Rights: An IPPF Declaration*, p. 16–21.

⁴¹ The Church of Sweden International Department, *Position on Gender Justice and Gender Equality in the Church of Sweden's International Work*, 8.

⁴² IPPF, *Sexual Rights: An IPPF Declaration*, princípio 7.



A Igreja da Suécia promove o acesso universal a serviços de cuidado em saúde. Serviços de cuidado em saúde sexual e reprodutiva incluem uma variedade de serviços que permitem que indivíduos e casais desfrutem de uma vida sexual saudável, mantenham uma boa higiene pessoal, façam escolhas conscientes e seguras sobre o número e espaçamento de filhos ou filhas e tenham crianças saudáveis. Acesso a serviços, incluindo acesso a prevenção, tratamento, cuidado e apoio relacionado ao HIV, deve ser universal e sem nenhuma forma de discriminação⁴³. Serviços de cuidado em saúde devem também incluir a possibilidade de submeter-se a um aborto seguro.

A Igreja da Suécia está comprometida com um diálogo respeitoso e mútuo sobre a compreensão religiosa e cultural da sexualidade e da saúde sexual e reprodutiva com o objetivo de apoiar uma compreensão positiva da sexualidade e um compromisso comum de respeitar, proteger e cumprir os direitos em saúde sexual e reprodutiva para todos/as. A Igreja da Suécia está comprometida com uma tradição teológica que reconhece o valor positivo da sexualidade humana. Atores religiosos e atrizes religiosas exercem controle moral que tem um efeito significativo nas vidas de indivíduos, famílias e sociedades inteiras. Isso se estende para a compreensão de gênero, identidade de gênero, orientação sexual e papéis de gênero e compreensões da família. Diferenças culturais e religiosas têm impedido significativamente que a comunidade internacional reconheça direitos de saúde sexual como direitos humanos de uma maneira que vincule legalmente. Sem acordos internacionais vinculantes governos não podem ser responsabilizados legalmente por não respeitar, proteger e apoiar esses direitos. Esquivar-se de questões de sexualidade e reprodução não é uma opção.

A Igreja da Suécia se opõe a práticas e normas culturais e religiosas que são danosas à integridade corporal de um indivíduo. O direito de ser protegido e protegida de todas as formas de violência e dano é fundamental para os direitos humanos. Dano relacionado à sexualidade inclui tanto violência e abuso de natureza física, verbal, psicológica, econômica e sexual quanto violência contra indivíduos por causa de seu sexo, gênero, orientação sexual, estado civil, história ou comportamento sexual. Atores religiosos e atrizes religiosas estão numa posição de poder quando se está lidando com práticas danosas, tais como a Mutilação/Corte Genital Feminino (C/MGF), casamentos precoces forçados e gravidezes não desejadas. Todas essas práticas violam a inalienável dignidade e integridade de uma pessoa e não podem ser aceitas.

A Igreja da Suécia reconhece que há uma conexão entre poder, sexualidade e reprodução. Reconhecemos que há muitas práticas culturais ou religiosas que estão sendo usadas para justificar abuso de poder sobre aqueles e aquelas numa posição mais vulnerável. Entre as pessoas mais vulneráveis frequentemente incluem mulheres, meninas, mulheres grávidas, pobres,

⁴³ IPPF, *Sexual Rights: An IPPF Declaration*, princípio 3.



peças com deficiência, iletradas, migrantes, indivíduos sob crise humanitária, lésbicas, gays, bissexuais e pessoas transgênero e intersexo. A Igreja da Suécia se opõe a qualquer abuso de poder e trabalha em busca de relações de poder equilibradas.

Validade

Esse documento de posicionamento é válido durante o período de programa 2014-2017 quando seu conteúdo será revisado e atualizado.